

Igor de Menezes Larruscain¹
Andrey Luis dos Santos Robinson²
Adriano José Pereira³

A economia institucional e o desenvolvimento: comparações entre as perspectivas de Douglass North e Ha-Joon Chang

RESUMO

A preocupação com a análise das instituições como fator fundamental nos processos econômicos recai principalmente sobre a influência que estas exercem no desenvolvimento. Esse estudo busca analisar a contribuição teórica acerca da relação entre instituições e desenvolvimento econômico a partir da visão de dois autores de grande relevância atualmente, Douglass North e Ha-Joon Chang. Os dois autores vinculam-se ao pensamento institucionalista, mas através de perspectivas diferentes. O estudo constatou diversos conceitos que são semelhantes nas obras produzidas por esses autores, assim como divergências relevantes, demonstrando que a economia institucional é um campo de estudo que não apresenta uniformidade acerca da função das instituições no desempenho das economias.

Palavras-chave

Economia Institucional; Desenvolvimento; Estado.

ABSTRACT

Concern over the analysis of institutions as an important factor within economic processes primarily focuses on the influence these have on development. This article analyses the theoretical contributions on the relationship between institutions and economic development of two leading authors of our time, Douglass North and Ha-Joon Chang. These two authors favour institutionalist thinking but see it from different perspectives. This study noted a variety of concepts that were similar in the works of these two authors, but also noted a number of divergencies, showing clearly that the institutional economy represents a field of study that is far from uniform in terms of the role of institutions in the performance of economies.

Key-words

Institutional Economics; Development; State.

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
2. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
3. Professor associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

1. Introdução

O campo de estudo da ciência econômica, que insere a análise das instituições como fator fundamental nos processos econômicos, principalmente no que tange ao fenômeno do desenvolvimento econômico, vem ganhando destaque tanto dentro da academia como no debate econômico presente no cenário político. No entanto, esta não é uma preocupação recente entre os economistas. O tratamento dessas questões pode ser datado do final do século XIX, com a denominada Velha Economia Institucional ou Institucionalismo Original, identificado, sobretudo, com o evolucionismo presente na obra de Thorstein Veblen. O tratamento teórico das questões concernentes às instituições faz com que o tema seja inserido em outros campos de pesquisa dentro da análise econômica e surjam outras vertentes voltadas a essa discussão, como a Nova Economia Institucional (NEI), que possui uma perspectiva analítica distinta da abordagem original.

A preocupação central dos economistas inseridos nesse campo de pesquisa, em suas principais vertentes, passa pela definição do que são instituições, em que os conceitos fundamentais podem divergir, dependendo da perspectiva de análise. Nesse sentido, definir instituições envolve tentar entender a sua função e implicações no funcionamento da economia, portanto, avaliar como influem na configuração do sistema econômico e criam estímulos ou restrições ao desenvolvimento das atividades produtivas que geram o crescimento econômico. As instituições ganham relevância dentro da análise econômica justamente pela sua capacidade de influir sobre as diversas trajetórias que podem levar ao desenvolvimento econômico, seja no espectro macro ou microeconômico. Desse modo, determinar o que são instituições se torna uma tarefa complexa, que, como já mencionado, acaba gerando definições distintas dependendo do enfoque (FIANI, 2011; CONCEIÇÃO, 2002).

Basicamente, na Economia Institucional Original, ou “velho institucionalismo”, as instituições são entendidas como hábitos mentais e esses, por sua vez, seriam formas habituais de pensamento engendradas nos aspectos culturais de uma sociedade como normas de conduta e de predominante aceitação. Segundo Hodgson (2006), o tratamento axiomático implicado pela utilização do individualismo metodológico no *mainstream* da economia resulta em um reducionismo demasiado no tratamento dessas estruturas, sendo que se pretende explicar os fenômenos econômicos apenas em termos dos agentes e seus bens. Resgatando a tradição da Economia Institucional Ori-

ginal de Veblen, Hodgson (2007) argumenta que as decisões e crenças individuais em relação às estruturas sociais constituem um processo complexo, e, através dos hábitos, tanto as crenças como as estruturas podem ser modificadas.

No que se refere à NEI, os principais autores referenciados são Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North. Nessa vertente, principalmente para este último autor, como veremos adiante, as instituições são entendidas como “regras do jogo” do ambiente econômico. Elementos como instituições, estruturas, organizações e convenções são parte essencial dessa forma de análise e, ainda que sejam tratados em maior ou menor grau em North (1990, 2006), são caracterizados como forma de diferenciação entre a Economia Institucional Original e a Nova Economia Institucional (COASE, 1981, 1995; CONCEIÇÃO, 2002; CAVALCANTE, 2014; COMMONS, 2017; HODGSON, 2007; DEQUECH, 2002).

Cabe ressaltar que para este estudo foram destacadas as principais obras de dois autores; Ha-Joon Chang, cujas interpretações acerca do papel das instituições no desenvolvimento têm uma influência do institucionalismo com viés evolucionário, portanto, associado ao institucionalismo original, e Douglass North, autor identificado, na maior parte da sua obra, com a abordagem micro-organizacional e contratual da Nova Economia Institucional. Nesse sentido, esses autores representam duas perspectivas distintas, ainda que, em alguma medida, complementares, acerca do papel das instituições no desenvolvimento econômico. Em suma, os dois autores vinculam-se ao pensamento institucionalista, mas através de perspectivas diferentes. A obra de North está enquadrada dentro da perspectiva da Nova Economia Institucional, enquanto Chang resgata a tradição da Economia Institucional original, destacando aspectos desenvolvimentistas. Ambos os autores inserem o papel das instituições como elemento central do funcionamento do sistema econômico, principalmente quanto ao processo de desenvolvimento econômico, além da consideração da importância da história na definição das estruturas econômicas atuais das sociedades. No entanto, existem divergências consideráveis em suas abordagens, seja acerca do conceito de instituições, ou sobre o papel do mercado e do Estado no desenvolvimento, sendo essas as principais questões a serem tratadas no presente estudo.

Além desta seção introdutória, o artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2 constam as perspectivas de North e de Chang acerca do papel das instituições no desenvolvimento econômico; por sua vez, a seção 3 faz uma síntese como contraponto entre as abordagens dos autores; e a última seção apresenta as considerações finais.

2. A Economia Institucional e o desenvolvimento em Chang e North

Nesta seção são apresentadas as principais ideias dos economistas Douglass North e Ha-Joon Chang, visando comparar as questões relacionadas às instituições e sua relação com os fenômenos econômicos e sociais, como o papel do mercado e do Estado no desenvolvimento econômico, identificando como cada autor se insere dentro do escopo de pesquisa da Economia Institucional.

2.1. Instituições e desenvolvimento em Douglass North

Douglass North possui uma extensa obra, sendo o seu trabalho um dos mais importantes para a denominada Nova Economia Institucional. Uma das preocupações fundamentais de North é a investigação e explicação das diferenças entre o desempenho econômico entre países no tempo, por meio da inserção da história econômica. Mais precisamente, as instituições e a mudança institucional estão no cerne do processo de desenvolvimento (TOYOSHIMA, 1999; FIANI, 2002).

As instituições para North (2010, p. 15-16) “formam a estrutura de incentivos de uma sociedade, e as instituições políticas e econômicas, em consequência, são os determinantes subjacentes do desempenho econômico”. Elas funcionam como as “regras do jogo” de uma sociedade e podem ser conceitualmente entendidas como:

As restrições humanamente concebidas que estruturam a interação humana. Elas são feitas de restrições formais (regras, leis, constituições), de restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta autoimpostos) e de suas respectivas características impositivas (NORTH, 2010, p. 16).

Os conjuntos de regras formais e informais condicionam a estrutura de incentivos e restrições de uma economia. Juntamente com a tecnologia empregada, as instituições determinam os custos de transformação e de transação. Os custos de transação definem o caminho até os mercados eficientes, ou seja, o resultado neoclássico de uma situação de maximização do rendimento só ocorre quando não existirem custos de transação, nesta condição os mercados serão eficientes, independentemente do arran-

jo institucional. Como esses casos se constatarem excepcionalmente na realidade, as instituições não são necessariamente desenvolvidas para serem eficientes e/ou reduzir os custos de transação (NORTH, 2010).

Nesse sentido, o surgimento e permanência de instituições que são desfavoráveis ao desenvolvimento econômico se tornam questão central no trabalho de North. Em relação a isso, o tratamento da questão dos direitos de propriedade tem um papel relevante em sua análise, seja quanto a sua garantia, como também quanto a sua definição. Como o interesse de North é explicar como as instituições são determinantes do desenvolvimento das sociedades, os direitos de propriedade funcionam como incentivo aos agentes a assumirem determinadas atividades. Para que exista esse estímulo, essas atividades devem apresentar um retorno econômico igual ao seu retorno social. Quando há uma disparidade entre o benefício privado e o retorno social, os lucros obtidos são insuficientes para garantir o montante de investimento necessário para obter o benefício social desejado. Quais seriam então os fatores que causariam essa divergência? Essa é uma das questões fundamentais da formulação teórica de Douglass North e é abordada desde o livro *The rise of the western world: A new economic history* (1973). Essa disparidade seria ocasionada por externalidades, e essas, por sua vez, são provenientes da definição inadequada dos direitos de propriedade. Isso é o que corresponderia ao chamado “Teorema de Coase” aplicado à análise do desenvolvimento econômico. Se os direitos estiverem bem definidos e garantidos, não haverá externalidades que impeçam o desenvolvimento econômico (FIANI, 2002, 2011; COASE, 1981, 1995).

A definição dos direitos de propriedade remete à importância do papel do Estado no desempenho econômico de uma sociedade. E a questão que surge seria determinar por quais motivos o Estado deixaria de definir os direitos de propriedade se eles afetam diretamente o desempenho econômico. E a resposta dada por North é a busca por receitas exercidas pelo Estado.⁴ O aporte teórico desenvolvido por North para tratar dessa questão é denominado “Teoria Neoclássica do Estado”. O que essa conceituação

4. Utilizando como exemplo o caso estudado em North e Thomas (1973), a análise da França e Espanha em contraponto com a Inglaterra e Países Baixos. A disparidade existente entre o crescimento desses países passou pelas estruturas de governança. No caso dos primeiros países, a Coroa possuía plena capacidade sobre a tributação e acabou gerando monopólios naturais e o controle do mercado, o que garantia uma grande quantia de receitas. Contrariamente, na Inglaterra, reduzindo o sistema burocrático a realeza não detinha a capacidade de estabelecer direitos que visassem o estabelecimento de monopólios para geração de renda para si. No caso dos Países Baixos, a opção pelas políticas voltadas ao mercado garantia os direitos de propriedade dos comerciantes e extinguiu o poder do monopólio feudal (FIANI, 2011).

busca demonstrar é que a evolução do grau de complexidade das sociedades, baseadas nas trocas interpessoais, torna necessária a presença de uma terceira parte, que é o Estado, que, por sua vez, tem a função de definir e garantir os direitos de propriedade e solucionar possíveis conflitos que venham a acontecer (FIANI, 2011).

Na obra *Violence and social orders*, North, Wallis e Weingast (2009) avançam na discussão sobre as formas como o Estado se organiza ao longo da história e sua participação no sistema econômico e político. Utilizando as tipologias de Estado Natural e Ordem de acesso aberto, os autores discutem a evolução da organização do Estado desde as formas mais primitivas até o Estado democrático moderno. Os autores argumentam que o Estado surge, historicamente, como uma forma de controlar os conflitos e a violência que emergem com o aumento das populações. O Estado natural consiste em uma forma *primitiva* de organização da sociedade e controle da violência. Ele consiste em uma coalizão de uma elite, que restringe o acesso a recursos e as atividades econômicas aos demais grupos. Essa forma de organização é denominada *natural* por ser uma das poucas formas de controle da violência em grandes populações, por milhares de anos antes do Estado democrático moderno. O Estado Natural compreende diversas formas de sociedades e economias ao longo da história, o que o caracteriza é o fato de as elites criarem uma rede de privilégios, através da estrutura política, constituindo uma *ordem de acesso limitado*.

Por outro lado, nas sociedades de *ordem de acesso aberto* o governo possui o monopólio do uso da violência de forma legítima em normas formais, e existem organizações que realizam o controle do exercício desse monopólio pelos agentes do Estado. O arranjo político dessas sociedades limita o uso da violência, e o acesso ao sistema político é amplo, dessa forma, o que ocorre é um processo de reforço mútuo dessas duas instituições. Nessas sociedades, uma característica importante é a existência de competição e uma “aparente independência do sistema político e econômico”. Os direitos políticos e de propriedade dos indivíduos são garantidos e independem da existência de elites. As características de equidade política e econômica são o que determinam a ordem de acesso aberto, e elas estão mais próximas dos Estados democráticos modernos, mas nem sempre este último pode ser considerado como uma sociedade de acesso aberto, de modo geral. Então, a limitação e controle do uso da violência e equidade de direitos designam esse tipo de ordem em diferentes formas de organização social ao longo da história (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009, p. 111).

Essa questão retorna ao cerne da discussão levantada anteriormente, dados os exemplos de sucesso de determinadas sociedades, qual é o motivo de os direitos de propriedades ineficientes persistirem e, conseqüentemente, consolidarem instituições também ineficientes. North (1990) destaca que, durante a história, governantes criaram direitos de propriedade em benefício próprio e, conseqüentemente, esses tornaram-se tipicamente ineficientes e geraram elevados custos de transação. A questão é por que essas instituições ineficientes não são eliminadas pelas pressões competitivas? Como poderia ser explicada a não adesão das instituições eficientes por determinadas economias e o que explicaria essa disparidade no desempenho econômico dessas sociedades? A resposta, segundo o autor, está na diferença entre instituições e organizações e como ocorre a interação entre elas (NORTH, 1990).

Tal interação molda o sentido da mudança institucional, as instituições, como já destacado, definem as oportunidades e restrições de uma sociedade, e as organizações seriam os grupos de indivíduos unidos em torno de objetivos comuns, à medida que evoluem, estas mudariam as instituições. As organizações podem ser organismos políticos, econômicos, sociais e de ensino (por exemplo, partidos políticos, empresas, igrejas, universidades etc.). Surgem em uma sociedade como um reflexo das oportunidades que a matriz institucional proporciona como também de outras restrições como tecnologia, preferências e renda. O surgimento dessas entidades visa maximizar essas oportunidades percebidas por seus criadores. Mais uma vez o sucesso na obtenção desses objetivos não é garantido, assim como também não é garantido que serão direcionados às atividades produtivas. A matriz institucional molda a forma como as organizações se estruturam em prol de seus objetivos, e suas ações, conseqüentemente, repercutem sobre as instituições existentes. A forma com que os conhecimentos e habilidades que as organizações adquirem durante o processo de busca dos seus objetivos podem representar as diferenças no desempenho entre diferentes organizações dentro de uma mesma estrutura institucional (NORTH, 1990, 2010).

E as diferenças entre os tipos de conhecimento envolvem os tipos de conhecimento comunicáveis e tácitos e pelos efeitos do *learning by doing*. O conhecimento comunicável é o tipo de “conhecimento que pode ser transmitido de uma pessoa para outra”. O conhecimento tácito “é adquirido em parte pela prática e pode ser comunicado apenas parcialmente”. Indivíduos possuem diferentes formas de adquirir conhecimento tácito, mesmo com a prática e a repetição existem diferenças na forma

como os indivíduos exploram esse conhecimento. E os efeitos do *learning by doing* quanto às organizações implicam nas “habilidades de coordenação adquiridas e rotinas desenvolvidas que funcionam como consequência da interação repetida”. Esse conjunto de conhecimento, habilidades e aprendizados adquiridos pelas organizações é uma função dos incentivos presentes nas instituições vigentes. E isso tem implicações sobre a mudança institucional, a demanda por conhecimento se modifica dependendo do lugar e do tempo, procura que depende da percepção atual dos *pay offs* em adquirir diferentes tipos de conhecimento. Essa demanda é diferente atualmente, por exemplo, nos Estados Unidos em relação ao Irã, ou em outros períodos da história, como na Idade Média (NORTH, 1990, p. 74-75).

O investimento e o aumento da demanda por habilidades e conhecimento afetam diretamente a relação de interação entre as organizações e as instituições e, conseqüentemente, no desempenho das economias no tempo. Um processo de investimento sistemático nesses conhecimentos e habilidades representa uma mudança na dinâmica da economia e dos aspectos de sua matriz institucional. Essa mudança na dinâmica econômica envolve mudanças na eficiência alocativa, que é dada em termos de eficiência de Pareto, e as mudanças institucionais por sua vez implicam na eficiência adaptativa. Esta envolve as regras que moldam as mudanças ocorridas em uma economia ao longo do tempo. Elas seriam as “habilidades de algumas sociedades em se ajustar flexivelmente a choques e de desenvolver instituições que efetivamente lidem com a realidade alterada” (NORTH, 1999, p.17, tradução nossa).

E essa capacidade de adaptação às novas realidades que surgem representa uma estrutura institucional em que principalmente as instituições informais presentes nas normas de comportamento a talharam no âmbito político desta sociedade. Algumas sociedades passaram por séculos de processo evolutivo de suas instituições formais e informais para atingir uma estrutura com características de eficiência adaptativa. Essa capacidade pode definir os incentivos das sociedades e organizações em adquirir conhecimento e induzir inovações como soluções de problemas enfrentados. As relações que se desenvolvem a partir da relação entre as organizações e a matriz institucional geram a mudança institucional. “Desta maneira, a mudança econômica é um processo ubíquo, incremental e contínuo que é resultado das escolhas que os atores individuais e os empresários das organizações fazem todo dia” (NORTH, 2010, p. 19).

O fato de a mudança econômica gerada a partir da interação entre as instituições e as organizações ser considerada um processo incremental é bastante relevante para a proposta teórica de North e remete a outro conceito fundamental em sua teoria, que é o *path dependence*. O conceito foi definido por Brian Arthur em seu trabalho sobre escolha de um padrão tecnológico e se relaciona também com a noção de *lock-in*. A constatação de Arthur foi de que na existência de tecnologias competidoras e de ambas gerarem retornos crescentes, não necessariamente a mais eficiente prevalecerá. À medida que um padrão tecnológico é adotado e se generaliza, ele sofre um processo de autorreforço, e será muito difícil modificá-lo ficando em uma situação de *lock-in*, que indica uma situação de difícil reversibilidade. A partir daí, as possibilidades de escolha sobre a tecnologia são condicionadas pela escolha de um padrão feita no passado, gerando uma situação de *path dependence*. O autorreforço que essa escolha sofre confere um caráter incremental à mudança, de modo que o processo não consegue se livrar dos efeitos gerados pelas decisões iniciais, pelo contrário, e os resultados presentes carregam esses efeitos. Para North (1990), a mudança institucional também apresenta as mesmas características (BERNARDI, 2012; TOYOSHIMA, 1999; NORTH, 1990).

As instituições se modificam ao longo do tempo, se consolidam e permanecem indeterminadamente em uma sociedade, mas isso não significa que elas gerarão os retornos necessários ao crescimento econômico. O que ocorre é que mesmo instituições que sejam ineficientes podem gerar retornos institucionais crescentes e, assim, se consolidarem no ambiente socioeconômico. Os mecanismos de autorreforço levam o arranjo institucional a se manter na condição de *lock-in* e se caracterizam como uma situação de *path dependence*. Por esse motivo, a inércia também é resultado da influência institucional no desempenho econômico. Mesmo que suscite atividades improdutivas, o arranjo institucional se estabelece através dos processos autorreforçantes e mantém a economia em *locked-in*. Dessa maneira, as decisões tomadas no passado, diante das oportunidades econômicas, dificultam o engajamento em atividades produtivas de maneira eficiente no presente, o que implica que a história importa, e a situação de *path dependence* demonstra isso sobre o desempenho apresentado pelas economias (NORTH, 2010; TOYOSHIMA, 1999).

De acordo com North (2010, p. 23) “a cultura é a chave para o *path dependence*”. A inserção da análise histórica e do fator tempo na abordagem de North se relaciona diretamente ao tratamento dado pelo autor à aprendizagem. As experiências do pre-

sente e a aprendizagem acumulada coletivamente em uma sociedade através do tempo se materializam na cultura. “O aprendizado atual de qualquer geração ocorre dentro do contexto das percepções derivadas da aprendizagem coletiva. Portanto, aprendizagem é um processo incremental filtrado pela cultura de uma sociedade que determina a percepção dos *pay-offs*”. E, como já destacado, isso não é uma garantia de que as instituições decorrentes desse processo serão eficientes na resolução dos problemas econômicos.

Na verdade, a maioria das sociedades ao longo da história ficou presa a uma matriz institucional que não evoluiu para a troca impessoal, que é essencial para capturar os ganhos de produtividade provenientes da especialização e da divisão do trabalho que tem produzido a riqueza das nações. [...] Sociedades que ficam “presas” incorporam sistemas de crenças e instituições que não conseguem enfrentar e resolver os novos problemas da complexidade social. [...] Como quer que definamos o desempenho econômico, o registro histórico é claro, os incentivos que formam parte do sistema de crenças, expressos nas instituições, determinam o desempenho econômico através do tempo (NORTH, 2010, p.16).

É possível perceber que as inserções das instituições como elemento central das estruturas econômicas das sociedades e como fator determinante do seu desempenho exigem uma análise detalhada de como ocorre a mudança institucional. Esse é um dos fatores que diferenciam a abordagem de North da visão neoclássica tradicional, a mudança implica considerar a passagem do tempo que não é considerada nas análises estáticas. O fato de as economias se manterem presas a atividades econômicas pouco produtivas evidencia o fato de o autor adotar o conceito de racionalidade limitada e a presença de incerteza no ambiente econômico. Apesar destas distinções, a abordagem institucional de North não representa um rompimento total com o pensamento neoclássico, mas uma complementação deste. Nesse sentido, Douglass North, como um dos principais expoentes da NEI, está alinhado com o programa de pesquisa institucional representante do *mainstream economics*. O autor que analisaremos a seguir possui uma visão bem mais crítica quanto aos pressupostos neoclássicos e a alguns conceitos utilizados por North. Por isso a análise da abordagem institucional de Ha-Joon Chang é relevante para realizar um contraponto acerca do entendimento das relações entre instituições e desenvolvimento econômico.

2.2. Instituições e desenvolvimento econômico na perspectiva de Ha-Joon Chang

Ha-Joon Chang utiliza exemplos históricos para contestar o pensamento típico liberal. As análises em perspectiva histórica evidenciam a ação do Estado no desenvolvimento econômico, refutando com fatos empíricos a hipótese dos mercados eficientes e autorregulados como promotores do desenvolvimento. Países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América (EUA), supostamente liberais, adotaram políticas estatais na promoção do desenvolvimento; a Inglaterra, porém, teve um breve período de “liberalismo econômico” entre 1860 e 1930, nos EUA isso nunca foi observado. Com exemplos históricos, Chang (2004) enriquece o debate sobre desenvolvimento, em um contexto de elevado fluxo de informações.

De acordo com Cavalcante (2007), ao desenvolver a ideia de política econômica institucional, Chang questiona a definição de Douglass North, de que instituições seriam regras do jogo que restringem o comportamento humano. Se assim o fosse, as instituições teriam um papel demasiado restrito na sociedade, sendo que, instituições como o Estado, mercado e as firmas, além de restringir, também constroem e possibilitam a ação dos indivíduos. “Fica evidente que Chang considera que uma instituição pode ser tanto a regra que restringe, constitui e possibilita as ações dos indivíduos, quanto um conjunto de regras componente de uma organização – firmas, Estado e mercado” (CAVALCANTE, 2014, p. 384).

Na abordagem da NEI, as relações entre indivíduos e instituições ocorrem de baixo para cima, ou seja, se assume que os indivíduos possam, de acordo com o autointeresse, construir ou descartar as instituições que melhor lhes convêm. Chang contraria esse ponto e postula a existência de uma relação recíproca entre as instituições sociais e a ação individual.

A principal reação de Chang aos novos institucionalistas remete à colocação de instituições e indivíduos em campos opostos e impermeáveis, afirmando ainda que o sistema capitalista não deveria ser visto como um mero agrupamento de instituições que os indivíduos podem construir e descartar de acordo com seus objetivos de maximização. Contra essa visão Chang afirma que uma instituição é um complexo de regras formais e informais, mantidas e/ou transformadas por agentes intencionais, em que firmas, Estado e mercado se inter-relacionam, moldando o sistema capitalista (CAVALCANTE, 2014, p. 385).

A contribuição de Chang reside no fato de que as instituições influem na mesma medida em que são moldadas pela ação humana. Assim, as instituições e os indivíduos estão interligados, ou seja, um não existe sem o outro. Essa relação funcional das instituições com a ação humana tem origem no pensamento weberiano, onde as instituições têm a capacidade de moldar a forma como os indivíduos interpretam a realidade e, por meio do hábito, admitir padrões de comportamento consolidando-os em instituições, com isso, é possível estabelecer a relação funcional “de cima para baixo entre instituições e ação individual” (CAVALCANTE, 2014, p. 382).

Sendo assim, a partir da crítica à teoria econômica ortodoxa, Chang, junto com outros autores, propõe a economia política institucionalista, cujo objetivo é aperfeiçoar o debate acerca do papel das instituições no desenvolvimento econômico, propondo uma reflexão mais profunda, em que o desenvolvimento econômico é visto como processo de mudança estrutural na qual o Estado, desenvolvimentista, é considerado ator estratégico privilegiado por possuir papel fundamental como planejador e coordenador do desenvolvimento (COUTINHO, 2017).

Desenvolvimento é um termo genérico e uma das principais questões é saber quais funções as instituições desempenham ou devem desempenhar no desenvolvimento econômico, considerando a existência de instituições que desempenham melhores algumas funções do que outras. O problema fundamental originado dessa discussão é que não há uma “receita de bolo”, ou seja, a complexidade em torno do tema não possibilita alcançar um consenso geral sobre quais são as funções que uma instituição deve desempenhar para promover o desenvolvimento econômico. Existe, portanto, um problema conceitual por conta de uma variedade de maneiras diferentes de enxergar tanto o desenvolvimento quanto as instituições, e ainda que seja possível elaborar uma lista com metas e funções essenciais para atingir o desenvolvimento econômico, não significa que haja concordância quanto ao formato institucional necessário para seguir tal lista e atingir eventuais metas. Parte desse problema está no fato de as instituições serem orgânicas, ou seja, por de trás de um tipo de instituição existe toda uma carga histórica que envolve processos variados de tomada de decisão e aprendizagem por tentativa e erro. Em uma determinada sociedade, a instituição pode ser encarregada de uma função, em outras, pode existir uma relação institucional mútua, com funções diversas nas quais podem surgir relações de suporte, estímulo

ou conflito, por conta disso, é difícil relativizar e generalizar qualquer pressuposição sobre o tema (CHANG, 2008).

Por exemplo, o bem-estar social foi tipicamente produzido pelo Estado do bem-estar social na maioria dos países europeus. No leste asiático, o bem-estar social foi obtido com a combinação de um Estado do bem-estar social (mais fraco que o europeu), políticas corporativas de bem-estar, provisão familiar e outros instrumentos. Se olhássemos apenas para as políticas governamentais de bem-estar social, deixaríamos de compreender o real nível de provisão do bem-estar no leste asiático. Em outro exemplo, nas economias anglo-americanas a disciplina de administrações corporativas ineficientes é feita pelo mercado de ações, enquanto na Alemanha e no Japão tal disciplina é realizada pelos grandes bancos universais geradores de empréstimos (CHANG, 2008, p. 16).

De maneira geral, a literatura ortodoxa tem fixação exagerada por alguns tipos particulares de instituições com “padrão global”, que, por vezes, defendem o livre comércio. O ponto fundamental da crítica é que não há maneira de padronizar as políticas econômicas ou instituições de uma sociedade, tendo em vista as características e processos históricos inerentes a cada sociedade, e, ainda, a recomendação por “boas políticas” vinda dos países altamente desenvolvidos sugere que eles estariam “chutando a escada” por onde alcançaram o desenvolvimento econômico.

Segundo Chang (2004), quando se olha em perspectiva histórica, o desenvolvimento econômico da maior parte dos países altamente desenvolvidos ocorreu às custas de políticas comerciais e medidas protecionistas à indústria, ou seja, políticas atualmente consideradas ruins por grande parte desses mesmos países. O autor vai mais longe, argumentando que as instituições boas ou ortodoxas, recomendadas pelos países altamente desenvolvidos, não estavam presentes na sociedade antes de eles se tornarem desenvolvidos. Entre as instituições boas estão: a democracia, o sistema judiciário independente, setor público reduzido e transparente em prol do mercado, proteção aos direitos de propriedade intelectual e privada, instituições financeiras adequadas como um banco central independente, entre outros.

Na literatura sobre instituições e desenvolvimento, o direito de propriedade é tido como a instituição mais importante. Argumenta-se que porque muitas das economias em desen-

volvimento e transição carecem de um bem definido e seguro sistema de direito de propriedade, muitas das “boas” políticas baseadas em teorias “corretas” recomendadas pelos ortodoxos fracassaram. Isto porque, segundo esta visão, na ausência de garantias apropriadas para os frutos de seus sacrifícios, indivíduos não realizaram investimento, independentemente das políticas direcionadas para estabilidade macroeconômica, comércio e regulação do mercado (CHANG, 2008, p.19).

Para Chang (2008), intrínseco ao direito de propriedade está um complexo conjunto de instituições como leis de falência, propriedade intelectual, leis de contratos etc., tal diversidade garante um caráter multifacetário do direito de propriedade que, no entanto, não é reconhecido em sua totalidade pelo discurso ortodoxo, onde são reconhecidos apenas o livre acesso, propriedade privada pura e propriedade estatal. Nesse sentido, a teoria ortodoxa é simples e tendenciosa, porque presume que os incentivos eficazes são aqueles que possibilitam o progresso econômico a partir da propriedade privada. Essas suposições são falhas tanto teoricamente quanto empiricamente. Teoricamente porque as motivações humanas são heterogêneas, existe uma infinidade de comportamentos e motivações não egoístas. Empiricamente porque existe uma relação recíproca entre propriedades privada, pública e híbrida, sendo a China um exemplo nesse sentido, e a França pós-guerra outro exemplo, onde o desempenho das empresas estatais foi fundamental para o desenvolvimento econômico do país. Além disso, não existe métrica que corrobore um nível ótimo para o direito de propriedade. De maneira geral, o direito de propriedade pode ser bom ou ruim. Quando perpetuados, os direitos de propriedade ruins podem provocar a estagnação de uma sociedade no tempo, limitando uma trajetória tecnológica, por exemplo. No lado oposto, a criação ou a transgressão dos direitos de propriedade, em determinado contexto, poderia proporcionar maturidade institucional e desenvolvimento econômico no longo prazo, por isso, a simples manutenção de um direito de propriedade não garante o desenvolvimento. “O que é importante para o desenvolvimento econômico não é a proteção dos direitos de propriedade existentes, mas a habilidade de decidir que direitos de propriedades devem ser protegidos e sob que condições” (CHANG, 2008, p. 23).

Já quando aborda a questão da produção, Chang (2014) é enfático, a ciência econômica trata a produção como uma caixa preta, certa quantidade de trabalho é rela-

cionada com certa quantidade de capital e disso resulta certa quantidade de bens e serviços. Para o autor, a produção de fato vai muito além da simples combinação de quantidades abstratas de dois fatores de produção, “a produção é a base essencial de qualquer economia. Com efeito, as mudanças na esfera da produção geralmente têm sido as causas mais poderosas de mudança social”⁵ (CHANG, 2014, p. 38). O mundo em que vivemos foi construído por inúmeras inovações tecnológicas e mudanças institucionais, por exemplo, a gênese do trabalho assalariado e as inovações ocorridas entre 1860 e 1910 resultariam naquilo que é conhecido como indústria química e indústria pesada, tecnologias como o motor de combustão, máquinas elétricas, fertilizantes etc., foram desenvolvidas como consequência do desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos sobre engenharia e ciência. Com tal sistematização, uma invenção poderia ser replicada e aperfeiçoada.

Porém, como observado em outras passagens do texto, a imitação de uma instituição ou de uma tecnologia raramente é suficiente. Tanto tecnologia quanto as instituições precisam ser adaptadas para as diferentes condicionantes sociais. “Assim como existem elementos tácitos em tecnologias, há elementos tácitos em instituições” (CHANG, 2008, p. 28). A simples importação de instituições formais não basta, é necessária a adaptação, o desenvolvimento do hábito, isto é, as instituições informais são uma parte considerável da condicionante social, intrínseca a cada sociedade, é nesse sentido que pode ser impossível replicar um modo de produção como o *Just-In-Time*, onde não há uma cultura industrial (CHANG, 2008).

De maneira geral, “todas as economias em *catching-up* usam políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) ativistas (...) para promover o desenvolvimento econômico” (CHANG, 2004, p. 208). Tal padrão se repete ao longo da história com países com alto nível de desenvolvimento buscando alcançar a fronteira tecnológica, apesar do fato de utilizar políticas ativas de ICT não significar êxito em termos econômicos, o autor sugere a ação política, em que cada país deve fazer suas próprias escolhas, conforme suas necessidades e prioridades, buscando também aprimorar suas instituições, e apesar da burocracia e corrupção, políticas de ICT ativistas devem ser usadas (CHANG, 2004).

5. Nesse ponto, cabe resgatar Veblen (1965, p. 182), quando afirma que as instituições econômicas “[...] são métodos habituais de dar continuidade ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive”.

3. Divergências entre a abordagem institucional de North e Chang: o papel das instituições no desenvolvimento

A NEI expande o horizonte de análise da teoria neoclássica ao incorporar elementos teóricos como ideologia, Estado e instituições. Para tal, foi preciso efetuar algumas modificações na agenda de pesquisa neoclássica, por exemplo, North trabalha com o conceito de racionalidade limitada de Simon, enquanto na economia neoclássica a racionalidade era vista como instrumental ou substantiva, em que indivíduos procuram sempre maximizar a utilidade, buscando sempre a melhor escolha. No entanto, mesmo com a adoção conceitual da racionalidade limitada, o foco da teoria continua sendo o indivíduo, o que não rompe com o pensamento neoclássico, apenas o modifica. E esse é um dos pontos de divergência entre economistas. Chang, por exemplo, propõe uma ruptura, o autor nega que o somatório dos comportamentos de indivíduos autointeressados forme estruturas sociais, porque as instituições normalmente estão dispostas antes dos indivíduos. Ou seja, é proposta uma maneira alternativa de estudar economia. Em oposição ao individualismo metodológico, a prioridade seriam as instituições, nesse sentido, Chang é influenciado pela velha economia institucional, em que Veblen foi um dos pioneiros (SIMON, 1979; CAVALCANTE, 2007).

A perspectiva de instituições adotada por North (1990, 2006), onde elas são as “regras do jogo” e funcionam como restrições ao comportamento humano, é criticada por Chang (2006, 2008) que entende as instituições e a mudança institucional como um processo evolutivo, sendo tanto restrições como possibilidades à ação do indivíduo. Esse fator dinâmico não representaria um caráter de imutabilidade das instituições no caso de serem consideradas apenas como restrições.

Para Chang (2008), no longo prazo as instituições não são imutáveis, tal como a cultura, as instituições mudam, e muitas vezes essa mudança pode ocorrer de forma dramática. Esse processo de mudança envolve complexas cadeias de causalidade, as instituições influenciam a economia, mas a economia também é influenciada pelas instituições, o comportamento dos indivíduos sob esse prisma é análogo, pois são os seres humanos quem formam as instituições, e o comportamento destes é influenciado por elas, isso implica dizer que as escolhas das pessoas não necessariamente são determinadas pelos seus próprios interesses; as instituições nas quais as pessoas participam, influenciam na maneira como as pessoas tendem a perceber o seu próprio

interesse. Esses elementos são completamente negligenciados pelas teorias ortodoxas porque se admite que as preferências dos indivíduos sejam predeterminadas.

Nesse sentido, a noção de instituições em North destaca o papel das instituições sobre as decisões dos agentes, mas também destaca como o comportamento humano pode modificar as instituições. A evolução institucional é moldada pela interação entre as instituições e as organizações, e essas, por sua vez, são grupos de indivíduos. As escolhas que os agentes individuais e empresários realizam acarretam mudança econômica. A mudança ocorre quando os indivíduos percebem que poderiam obter ganhos maiores alterando suas trocas, sejam econômicas ou políticas. O estímulo à mudança pode ser exógeno, como a mudança de preço ou qualidade de um produto, mas, em longo prazo, elas ocorrem através do aprendizado dos agentes. A partir das experiências e do aprendizado, os indivíduos formam modelos mentais que são formas de interpretar o mundo. Os modelos mentais vão sendo redefinidos a partir de novas experiências. O compartilhamento de modelos mentais por meio da herança cultural acaba transformando uma estrutura de crenças em instituições, tanto informais quanto, posteriormente, formais. A necessidade de mudanças em relações de “contrato” a partir de uma nova percepção sobre as trocas a serem realizadas causa a mudança institucional. Assim, os modelos mentais e as instituições guardam uma relação íntima (NORTH, 2006, 2010).

Outro ponto pertinente refere-se ao papel do Estado. Para Douglass North, o Estado é um agente fundamental tanto para a organização quanto para o desenvolvimento econômico. Sob uma perspectiva histórica, o autor busca relacionar os direitos de propriedade com o desempenho econômico, e o argumento central é tal que, se houver ineficiência no âmbito dos direitos de propriedade, eles reduzirão a capacidade do sistema econômico se desenvolver, o crescimento acontecerá somente se houver uma organização eficiente do sistema econômico. Nessa concepção, o Estado teria como função essencial a garantia e consequente eficiência dos direitos de propriedade, assim, os indivíduos poderiam se sentir estimulados e o desenvolvimento econômico viria naturalmente via mercado. Assim, o crescimento ocorre via mercado, e o Estado possui um papel reduzido, em particular, o de promover a estabilização do sistema econômico. No entanto, o Estado realiza essa garantia de direitos em troca da arrecadação de impostos, por isso é considerado um agente dotado de interesses (FIANI, 2011).

Chang questiona as pressuposições neoclássicas de que o Estado menos ativo promoveria o desenvolvimento econômico. Muito pelo contrário, o Estado é um ator de grande importância atuando diretamente na promoção de políticas econômicas e na intervenção dos mercados, fazendo uso, por exemplo, de proteção tarifária, subsídios, sanções etc. O Estado, para Chang, além de administrar os conflitos inerentes ao sistema econômico – como o desemprego, por exemplo – é um Estado empreendedor. A elevada interdependência do sistema econômico faz com que as relações mais amplas escapem do entendimento dos agentes, nesse sentido, o Estado pode agir como coordenador ou promovedor do desenvolvimento econômico, e não apenas como uma instituição estabilizadora que pode restringir relações (FIANI, 2011). Além disso, do ponto de vista político, o Estado não é uma instituição neutra. O Estado é uma instituição imersa em relações políticas, dele fazem parte agentes que possuem visões de mundos diferentes e têm interesses diversos. Esse tipo de comportamento influencia a ação humana, e, por conta disso, considerar um indivíduo autocentrado maximizador, como faz a teoria neoclássica, seria inadequado (CAVALCANTE, 2014).

É possível romper com o determinismo cultural/institucional que domina o pensamento ortodoxo apenas se entendermos a complexidade de culturas e instituições por um lado, e se aceitarmos a importância da agência humana para mudanças institucionais. Apenas se aceitarmos a natureza multifacetada de culturas/instituições e a existência de tradições culturais/institucionais alternativas em uma sociedade, poderemos compreender que as coisas em que as pessoas acreditam e o que elas fazem é realmente relevante (CHANG, 2008, p. 26).

Para Chang (2004), as boas instituições dos países desenvolvidos são consequência do seu processo de desenvolvimento, que culminou em um processo de maturidade institucional, dessa forma, as instituições não são fato gerador do desenvolvimento econômico, como preza a literatura ortodoxa em instituições. Se as instituições abrem um leque de possibilidades acerca da ação humana, “então a mudança institucional passa antes pela formação dos sujeitos, de suas motivações, da visão de mundo, que são produto de seu meio, nesse sentido, resultado do nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade” (CAVALCANTE, 2017, p. 67). Esse é um ponto de clara divergência entre os autores, visto que, para North, a constitui-

ção da matriz institucional e sua mudança no tempo vão constituir as estruturas que definirão o desenvolvimento econômico das sociedades. As instituições são um resultado de decisões passadas que influem sobre o presente, assim como as decisões presentes moldam resultados futuros, como se pode ver através da noção de *path dependence*. O engajamento em atividades que geram ganhos sociais decorre dessas instituições, o que diverge da proposta de Chang, que entende que a maturidade institucional é decorrente do desenvolvimento, por isso as instituições não deveriam ser “transplantadas”.

O Quadro 1 sintetiza algumas das principais características das ideias de Douglass North e Ha-Joon Chang, discutidas no texto.

Quadro 1 | Comparação entre conceitos gerais de North e Chang

North	Chang
<ul style="list-style-type: none"> ■ Expande o horizonte de análise da teoria neoclássica ao incorporar elementos teóricos como ideologia, Estado e instituições. ■ Racionalidade limitada. ■ Instituições como “regras do jogo”. ■ O aprendizado é influenciado pelas instituições que geram modelos mentais e modificam as instituições. ■ O Estado tem a função de garantir os direitos de propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Propõe uma ruptura com a economia neoclássica e o individualismo metodológico. ■ Instituições são tanto restrições como possibilidades de ação individual. ■ Os seres humanos formam as instituições, e o comportamento destes é influenciado por elas. ■ Preferências individuais não são predeterminadas. ■ Estado é um ator de grande importância na promoção de políticas econômicas.

Fonte: elaborado pelos autores.

É possível destacar a partir do contraste de algumas das principais elaborações teóricas do trabalho desses autores que, de fato, mesmo considerando o papel crucial das instituições, suas visões guardam semelhanças em aspectos, como a consideração da importância da análise histórica para as ciências econômicas, mas também divergências consideráveis, como o entendimento sobre a função do Estado e como se dá sua relação com o mercado e as políticas econômicas. Como já descrito, as vertentes nas quais os autores se inserem possuem propostas teóricas que dificultam a determinação de um campo de estudo definido como Economia Institucional. A Nova Economia Institucional, com a qual Douglass North está associado, mantém alguns pres-

supostos da teoria neoclássica da economia e busca complementá-la, enquanto Chang busca resgatar a perspectiva evolucionária característica da abordagem da Economia Institucional original.

4. Considerações finais

Ainda que Douglass North e Ha-Joon Chang tenham preocupações semelhantes sobre a necessidade de estabelecer relações entre instituições e desenvolvimento, o tratamento dado pelos autores a essa questão mostra claras divergências entre as suas abordagens. O escopo teórico de North, que se desenvolve em torno da análise das instituições, insere diversos elementos, como a consideração da racionalidade limitada, a incerteza, a importância da história e o fator tempo, que vão além da análise estática da teoria neoclássica. No entanto, o autor não busca romper a ligação com a teoria neoclássica, mas complementá-la, mantendo o pressuposto da concorrência como caminho para a busca da eficiência, a partir de um conjunto de regras preestabelecidas (as “regras do jogo”). Contrariamente, Ha-Joon Chang busca resgatar as contribuições da Velha Economia Institucional e busca romper de fato com a análise econômica baseada nos pressupostos neoclássicos, baseado na dinâmica institucional e no papel do Estado como ator fundamental para o desenvolvimento econômico.

O tratamento dado pelos autores às instituições possui algumas semelhanças. Os dois autores consideram toda a carga histórica presente nas instituições e como isto se configura em um fator que pode influir sobre o crescimento econômico. No entanto, Chang entende que a definição de instituições como “regras do jogo” é equivocada, pois funcionaria apenas como um fator de restrição ao comportamento dos indivíduos. Por isso adota uma visão mais próxima da abordagem evolucionária característica de Veblen, levando em conta os hábitos e padrões de comportamento predominantes na sociedade. O pensamento de North parece caminhar para um entendimento mais próximo desse quando inclui a importância do aprendizado e formação dos modelos mentais e sua relação com as instituições, mas, como demonstrado, o seu conceito de instituições ainda é concebido como uma “construção humanamente concebida”.

Outro ponto de bastante divergência é a função do Estado no desenvolvimento econômico. North destaca como função essencial do Estado a definição e garantia dos direitos de propriedade, caso isso ocorra, às instituições decorrentes serão favoráveis às atividades produtivas que levam ao crescimento econômico através dos mecanismos de mercado. Para Chang, a mera definição dos direitos de propriedades não é relevante em si, mas sim a capacidade de definir quais direitos de propriedade são favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtivas. E, nesse sentido, Chang considera a participação atuante do Estado na economia, destacando que as economias desenvolvidas, hoje tidas como liberais, se utilizaram de políticas protecionistas para alcançar o desenvolvimento.

Referências

- BERNARDI, B. B. O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*): definições e controvérsias teóricas. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 41, p. 137-167, 2012.
- CAVALCANTE, C. M. *Análise metodológica da economia institucional*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- _____. A economia institucional e as três dimensões das instituições. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 3, p. 373-392, 2014.
- CHANG, H-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. *Economia: modo de usar*. Um guia básico dos principais conceitos econômicos. Tradução Isa Mara Lando e Rogério Galindo. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- _____. Um estudo sobre a relação entre instituições e desenvolvimento econômico: algumas questões teóricas fundamentais. *OIKOS*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, 2008.
- COASE, R. H. The Coase theorem and the empty core: a comment. *The Journal of Law and Economics*, Chicago, vol. 24, n. 1, p. 183-187, 1981.
- _____. The nature of the firm. In: ESTRIN, S.; MARIN, A. (eds) *Essential readings in economics*. London: Palgrave, 1995. p. 37-54.
- COMMONS J, R. Economia institucional. In: SALLES, A, O, T; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- COUTINHO, D. R. Direito e institucionalismo econômico: apontamentos sobre uma fértil agenda de pesquisa. *Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 37, n. 3, 2017.

- CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.
- DEQUECH, D. The demarcation between the “old” and the “new” institutional economics: recent complications. *Journal of Economic Issues*, vol. 36, n. 2, p. 565-72, 2002.
- FIANI, R. Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 11, n. 1, p. 45-62, 2002.
- _____. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HODGSON, G. M. What are institutions. *Journal of Economic*, vol. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.
- _____. Institutions and individuals: interaction and evolution. *Organization Studies*, vol. 28, n. 1, p. 95-116, 2007.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Understanding the process of economic change*. London: Institute of Economic Affairs, 1999.
- _____. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.
- _____. Desempenho econômico através do tempo. *Revista de Direito Administrativo – RDA*. Rio de Janeiro, vol. 255, p. 13-30, set./dez., 2010.
- _____; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. *Violence and social orders: A conceptual framework for interpreting recorded human history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- TOYOSHIMA, S. Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das ideias de Douglass North. *IPE-USP – Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 29, n. 1, 1999.
- SIMON, H. From substantive to procedural rationality. In: HAHN, F.; HOLLIS, M. (Eds.). *Philosophy and economic theory*. Oxford: Oxford University Press, 1979. p. 65-68.
- VEBLEN, T. B. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.